



**Câmara Municipal de Votuporanga**  
*PALÁCIO 8 DE AGOSTO*

PROJETO DE LEI Nº 15/2025

(INSTTUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS NO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA, NO EXERCÍCIO DE 2025.)

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA APROVOU E EU NOS TERMOS DO ARTIGO 56, INCISO III, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituído no Município de Votuporanga, no exercício de 2025, o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS 2025, destinado a:

I -promover a regularização de créditos tributários e não tributários do Município, decorrentes de débitos de contribuintes, em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2024, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos;

II -possibilitar a recuperação das empresas que atuam no Município, especialmente aquelas referidas no artigo 179 da Constituição da República Federativa do Brasil; e

III - abrangerá os débitos do simples nacional inscritos em dívida ativa ou ajuizados de acordo com o artigo 41, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

Art. 2º O prazo para adesão ao programa de recuperação fiscal – REFIS 2025 será no período de 03 de março a 30 de maio de 2025.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá reabrir o prazo para adesão ao REFIS 2025, até o final do exercício de 2025, mediante Decreto.

Art. 3º A adesão ao programa de recuperação fiscal – REFIS 2025 dar-se-á por opção do contribuinte, mediante requerimento em formulário próprio:

§1º A consolidação dos débitos será individualizada por cadastro mobiliário e imobiliário.

§2º Não poderão ser objeto de adesão ao programa de recuperação fiscal – REFIS 2025, as seguintes dívidas não tributárias:

I - referente a infrações à legislação de trânsito;

II - referente a indenizações devidas ao Município de Votuporanga por danos causados ao seu patrimônio; e

III - devidas à Autarquia Municipal - SAEV (Superintendência de Água e Esgoto de Votuporanga);

Art. 4º A adesão ao programa de recuperação fiscal – REFIS 2025 não acarreta:

I -homologação pela Administração Municipal dos valores declarados pelo sujeito passivo;

II -renúncia pela Administração Municipal ao direito de apurar a exatidão dos créditos;

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

III - novação prevista no art. 360, inciso I, da Lei nº 10.406/2002 - Código Civil;

IV -dispensa do cumprimento das obrigações acessórias, nem de outras obrigações legais ou contratuais; e

V -qualquer direito à restituição ou à compensação de importâncias já pagas ou compensadas.

Art. 5º A adesão ao programa de recuperação fiscal – REFIS 2025 acarretará remissão dos juros de mora e multas moratórias dos débitos incidentes até a data da opção, conforme a seguinte gradação:

I -será excluído 100% (cem por cento) dos juros de mora e 100% (cem por cento) das multas moratórias na modalidade de pagamento à vista;

II -para pagamento em duas parcelas a exclusão será de 95% (noventa e cinco por cento) dos juros de mora e 95% (noventa e cinco por cento) das multas moratórias;

III - para pagamento em três parcelas, a exclusão será de 90% (noventa por cento) dos juros de mora e 90% (noventa por cento) das multas moratórias;

IV -para pagamento em quatro parcelas, a exclusão será de 85% (oitenta e cinco por cento) dos juros de mora e 85% (oitenta e cinco por cento) das multas moratórias;

V -para pagamento em cinco parcelas, a exclusão será de 80% (oitenta por cento) dos juros de mora e 80% (oitenta por cento) das multas moratórias;

VI -para pagamento em seis parcelas, a exclusão será de 75% (setenta e cinco por cento) dos juros de mora e 75% (setenta e cinco por cento) das multas moratórias;

VII - para pagamento em sete parcelas, a exclusão será de 70% (setenta por cento) dos juros de mora e 70% (setenta por cento) das multas moratórias;

VIII - para pagamento entre oito e dez parcelas, a exclusão será de 65% (sessenta e cinco por cento) dos juros de mora e 65% (sessenta e cinco por cento) das multas moratórias;

IX –para pagamento entre onze e vinte e quatro parcelas, a exclusão será de 60% (sessenta por cento) dos juros de mora e 60% (sessenta por cento) das multas moratórias; e

X – para pagamento entre vinte e cinco e trinta e seis parcelas, a exclusão será de 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora e 50% (cinquenta por cento) das multas moratórias.

§1º O contribuinte poderá optar pela quantidade de parcelas previstas neste artigo, respeitando sempre o valor mínimo de 10 UFGs por parcela para pessoa física e 50 UFGs por parcela para pessoa jurídica conforme dispõe a Lei Complementar nº 460, de 21 de setembro de 2021 - Consolida e altera o Código Tributário do Município.

§2º A atualização monetária dar-se-á até a data da opção, nos termos da lei aplicável.

§3º A homologação da adesão ao programa de recuperação fiscal – REFIS 2025 dar-se-á no momento do pagamento da parcela única, no caso de pagamento à vista, ou da primeira parcela, no caso de pagamento parcelado.

**Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.**



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

§4º O não pagamento da parcela única ou da primeira parcela no seu vencimento implica o cancelamento da adesão ao programa de recuperação fiscal – REFIS 2025, sem prejuízo dos efeitos da formalização.

§5º A remissão dos juros e da multa concedido por este programa de recuperação fiscal não implica abatimento da verba honorária fixada judicialmente.

Art. 6º A adesão ao programa de recuperação fiscal – REFIS 2025 sujeita o contribuinte à aceitação plena, irrevogável e irretroatável de todas as condições estabelecidas nesta Lei, bem como da dívida relativa aos débitos nele incluídos.

Art. 7º Na hipótese de débitos ajuizados, a adesão ao programa de recuperação fiscal – REFIS 2025 será condicionado ao pagamento dos honorários advocatícios.

§1º Os honorários advocatícios tem como base de cálculo o valor atualizado da dívida sem o desconto da remissão, devendo ser pagos:

I – à vista, em caso de pagamento à vista do débito tributário ou não tributário; ou

II – dividido no mesmo número de parcelas em que for celebrado o parcelamento da dívida.

§2º Os honorários advocatícios e a dívida objeto da adesão ao programa de recuperação fiscal – REFIS 2025 devem ser pagas conjuntamente.

§3º O pagamento das custas e das despesas judiciais deve ser realizado perante a unidade do Poder Judiciário.

Art. 8º O contribuinte será excluído do programa de recuperação fiscal – REFIS 2025, mediante notificação pelo Diário Oficial Eletrônico do Município -DOV, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I - inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta lei;

II - constituição de crédito tributário, lançado de ofício, correspondente a tributo abrangido pelo programa de recuperação fiscal e não incluído na confissão a que se refere o artigo 5º desta lei, salvo se integralmente pago em trinta dias, contados da constituição definitiva ou, quando impugnado o lançamento, da intimação da decisão administrativa ou judicial que o tornou definitivo;

III - falência, extinção, ou pela liquidação da pessoa jurídica;

IV - cisão da pessoa jurídica, exceto se a sociedade nova oriunda da cisão ou aquela que incorporar a parte do patrimônio permanecerem estabelecidas no Município de Votuporanga e assumirem solidariamente com a cindida as obrigações do REFIS 2025;

V – prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a diminuir ou a subtrair receita do contribuinte optante; e

VI – inadimplência de três parcelas consecutivas.

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

§ 1º A exclusão do contribuinte do programa de recuperação fiscal – REFIS 2025 acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do débito de origem, confessado e não pago, excluídos os benefícios desta Lei, aplicando-se sobre o montante devido, os acréscimos legais, previstos na legislação municipal.

§ 2º No caso de exclusão ou desistência do programa de recuperação fiscal – REFIS 2025, não serão restituídos ao contribuinte quaisquer importâncias pagas anteriormente.

Art. 9º Para aderir ao programa de recuperação fiscal – REFIS 2025 o contribuinte deverá desistir e renunciar ao direito sobre se funda as impugnações, ações ou dos recursos administrativos e judiciais que tenham por objeto os débitos objeto do programa.

§1º No caso de ações judiciais que impugnam o débito, o contribuinte deve requerer perante o Judiciário a extinção do processo com resolução do mérito, nos termos da alínea “c” do inciso III do caput do art. 487 da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015.

§2º A desistência e a renúncia de que trata o caput e §1º deste artigo não eximem o autor da ação do pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios.

Art. 10. Fica autorizada a compensação de créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra o Município de Votuporanga, permanecendo no REFIS 2025 o saldo do débito que eventualmente remanescer.

§1º O contribuinte que pretender utilizar a compensação prevista neste artigo apresentará no requerimento de opção, além da declaração do valor dos débitos a parcelar, a declaração do valor de seu crédito líquido, indicando a origem respectiva.

§2º Salvo as hipóteses de erro, fraude ou simulação, a compensação será considerada tacitamente homologada se a Fazenda Municipal não a impugnar no prazo de quinze dias do protocolo da opção.

§3º A compensação tributária não inclui os honorários advocatícios de que trata o artigo 7º.

Art. 11. O Programa de Recuperação Fiscal - REFIS 2023 será administrado pela Secretaria Municipal da Fazenda e, em relação aos créditos inscritos em dívida ativa, pela Procuradoria Geral do Município, observado o disposto em regulamento.

Art. 12. O impacto orçamentário e financeiro da renúncia de receitas decorrentes da aplicação do disposto nesta Lei tem previsão no Anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2025 – Lei nº 7.206, de 09 de dezembro de 2024, e na Lei Nº 7.207, de 09 de dezembro de 2024, que Estima a receita e fixa a despesa para o Exercício Financeiro de 2025.

Art. 13. As disposições desta Lei poderão ser regulamentadas, por Decreto do Poder Executivo.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário “Dr. Octávio Viscardi”, 29 de janeiro de 2025.

**WALTER JOSÉ DOS SANTOS (WARTÃO)**  
AUTOR

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

### JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei que ora submeto a apreciação desta Casa de Leis, institui o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS 2025, no município de Votuporanga, no ano de 2025, de forma a possibilitar aos contribuintes que estejam em débito com a Fazenda Municipal vencidos até 31 de dezembro de 2024, que fiquem em dia com as suas obrigações tributárias, e possam ainda pagar em dia as obrigações tributárias referentes ao exercício de 2025.

Reconhece mais que parcelar em até 10 parcelas como em outras ocasiões impede que o objetivo central e principal buscado pelo Refis 2025 seja atingido.

Para buscar com efetividade e verdadeiramente dar aos contribuintes interessados em colocar suas obrigações tributárias em dia, inclusive com a possibilidade real de concomitantemente manterem em dia o pagamento do carne do IPTU de 2025, incentiva-se com a exclusão substancial dos juros de mora e das multas moratórias referentes aos débitos tributários, incidentes até a data da opção, podendo os contribuintes, segundo a opção que fizerem, pela primeira vez na história do município de Votuporanga com a possibilidade de parcelamento em até 36 parcelas, gozarem dos seguintes descontos:

- a) será excluído 100% (cem por cento) dos juros de mora e 100% (cem por cento) das multas moratórias na modalidade de pagamento à vista;
- b) para pagamento em duas parcelas a exclusão será de 95% (noventa e cinco por cento) dos juros de mora e 95% (noventa e cinco por cento) das multas moratórias;
- c) para pagamento em três parcelas, a exclusão será de 90% (noventa por cento) dos juros de mora e 90% (noventa por cento) das multas moratórias;
- d) para pagamento em quatro parcelas, a exclusão será de 85% (oitenta e cinco por cento) dos juros de mora e 85% (oitenta e cinco por cento) das multas moratórias;
- e) para pagamento em cinco parcelas, a exclusão será de 80% (oitenta por cento) dos juros de mora e 80% (oitenta por cento) das multas moratórias;
- f) para pagamento em seis parcelas, a exclusão será de 75% (setenta e cinco por cento) dos juros de mora e 75% (setenta e cinco por cento) das multas moratórias;
- g) para pagamento em sete parcelas, a exclusão será de 70% (setenta por cento) dos juros de mora e 70% (setenta por cento) das multas moratórias;
- h) para pagamento entre oito e dez parcelas, a exclusão será de 65% (sessenta e cinco por cento) dos juros de mora e 65% (sessenta e cinco por cento) das multas moratórias;
- i) para pagamento entre onze e vinte e quatro parcelas, a exclusão será de 60% (sessenta por cento) dos juros de mora e 60% (sessenta por cento) das multas moratórias; e
- j) para pagamento entre vinte e cinco e trinta e seis parcelas, a exclusão será de 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora e 50% (cinquenta por cento) das multas moratórias.

**Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.**





# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

O REFIS 2025 reconhece a grave crise econômica que o País vem atravessando, e que se iniciou com a pandemia mundial da Covid19, e só se fez agravar, atingindo a nível municipal diversos ramos, tais como indústria, comércio, entre outros, com queda nas vendas, atingindo de forma desesperadora os contribuintes pessoas físicas com desemprego e sua principal consequência que é a severa diminuição da renda familiar.

Nada mais coerente portanto que a Administração Municipal ofereça condições aos contribuintes para a regularização de seus débitos com o Tesouro Municipal, possibilitando-lhes participar plenamente dessa nova realidade.

O nobre Vereador Chandelly Protetor apresentou a Indicação Nº 27/2025 em 27 de janeiro de 2025 indicando ao Poder Executivo para que através da Secretaria da Fazenda seja instituído o Programa de Recuperação Fiscal- REFIS no ano de 2025. Diga-se de passagem que nosso projeto de lei já estava pronto para ser protocolado, mas entendíamos que não deveria ser na primeira sessão ordinária do primeiro ano da legislatura.

Essa iniciativa do Vereador Chandelly Protetor nos fez reviver a mesma iniciativa de Indicação do mesmo teor encaminhada em 2022 pelo então Vereador Jurandir Benedito da Silva, bem como as ações desenvolvidas pelo então Presidente da Câmara Vereador Daniel David, para que o Poder Executivo encaminhasse Projeto de Lei instituindo o Refis 2022, que teve por parte do Prefeito Municipal e de seu Secretário da Fazenda o silêncio desinteressado, despertado somente após o então Vereador Meidão ter tomado a inédita e corajosa iniciativa de apresentar Projeto de Lei instituindo o Refis2023 por se tratar de matéria de iniciativa concorrente.

Ao contrário do que afirmam os críticos do Refis, o programa não premia os maus pagadores, busca sim dar condições reais e eficazes aos bons contribuintes que por razões totalmente alheias a sua vontade se tornaram inadimplentes com o Município, de poderem colocar a casa em ordem.

No silêncio do Prefeito Municipal, novamente desinteressado até agora sobre a questão, e atendendo o legítimo clamor dos cidadãos contribuintes para a promoção do Refis 2025, e sendo a matéria eminentemente tributária, portanto de iniciativa concorrente entre o Prefeito ou qualquer dos Vereadores, tomo a iniciativa da propositura do presente projeto de lei.

Havendo renúncia de receita relativa aos descontos concedidos aos juros de mora e multas moratórias, apresentamos o impacto orçamentário e financeiro da renúncia de receitas decorrentes da aplicação do disposto nesta Lei e que tem previsão no Anexo de Metas Fiscais – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita 2025 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2025 – Lei nº 7.206, de 09 de dezembro de 2024, e na Lei Nº 7.207, de 09 de dezembro de 2024, que Estima a receita e fixa a despesa para o Exercício Financeiro de 2025, assim distribuídos: para 2025 R\$1.900.000,00, para 2026 R\$2.000.000,00 e para 2027 R\$2.100.000,00, cuja compensação se dará através do aumento de receita do IPTU por expansão da base de cálculo.

Tenho convicção e certeza de que os nobres colegas não se furarão ao dever de se colocar a serviço e escudo da população e que o presente projeto de lei há de ser aprovado por unanimidade.

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Plenário “Dr. Octávio Viscardi”, 29 de janeiro de 2025.

**WALTER JOSÉ DOS SANTOS (WARTÃO)**  
AUTOR

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.

